Por que Reforma Agrária?

Tiago Rodrigues Santos (Projeto GeografAR;MGEO/UFBA)[1]
Guiomar Inez Germani (Projeto GeografAR;MGEO/UFBA)[2]

RESUMO: A proposta do artigo é discutir os "por quês" da emergência da discussão e viabilidade da Reforma Agrária no Brasil, a partir da década de 1950 aos dias atuais. O objetivo central será discutir, a partir da ciência geográfica, como a produção de um espaço geograficamente desigual constitui base fundamental para políticas agrárias. Partindo da compreensão de Smith (1988) e Harvey (2004 e 2006) afirmamos que o modo de produção capitalista produz um desenvolvimento geograficamente desigual, onde se explicitam as suas contradições. O capitalismo se expande em todo o globo, rompendo antigas barreiras espaciais e submetendo os espaços à lógica da acumulação capitalista. Neste sentido, entende-se que a "solução" à Questão Agrária, via Projetos de Assentamentos Rurais no Brasil, constitui processo a ser entendido e compreendido no bojo de uma produção desigual do espaço. Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental sobre o tema proposto, bem como realização de entrevistas com técnicos de órgãos governamentais e lideranças de movimentos sociais de luta pela terra, principalmente aqueles que atuam no estado da Bahia.

Palavras-chave: Produção do Espaço – Desenvolvimento Geográfico Desigual – Reforma Agrária - Assentamentos Rurais na Bahia

Why land reform?

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the reasons for the emergence and viability of the discussion about agrarian reform in Brazil from the 1950s to today. The main objective will be to discuss, from the point of view of geographical science, how the production of a geographically uneven space is the fundamental basis for agrarian policies. Starting from the understanding of Smith (1988) and Harvey (2004 and 2006) we assert that the capitalist mode of production produces a geographically uneven development, where the contradictions are explained. Capitalism expands across the globe, breaking old spatial barriers and submitting the spaces to the capital accumulation logic. In this sense, it is understood that the "solution" to the Agrarian Question, by Rural Settlement Projects in Brazil, is a process to be understood and comprehended in the midst of an uneven production of space. To develop this paper we carried out a bibliographic, cartographic, and documental research study on the proposed topic, as well as carrying out interviews with experts from government agencies and leaders of social movements struggling for land, especially those working in the state of Bahia.

Keywords: Production of Space - Uneven Geographical Development - Agrarian Reform - Rural Settlements in Bahia

[1] Licenciado em Ciências Sociais, Bacharel em Sociologia e Mestrando em Geografia, pela Universidade Federal da Bahia. Email: tiagociso@hotmail.com
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA e Coordenadora do Projeto Integrado de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (MGEO/IGEO/UFBA). E-mail: guiomar@ufba.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do projeto de pesquisa em curso no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia e tem como objetivo principal analisar e discutir a partir da Geografia a questão da reforma agrária no Brasil.

No País apresentam-se uma diversidade de sujeitos sociais no campo: de um lado as empresas nacionais, multinacionais, fazendeiros, entre outros; do outro lado, têm-se trabalhadores sem terra, posseiros, ribeirinhos, comunidades negras rurais, quilombolas, indígenas, comunidades de fundo e fechos de pasto, enfim, uma complexidade que demonstram força e luta no processo conflituoso que se desenvolve no contexto estadual. Essa diversidade de sujeitos históricos, que se materializa na posse e no uso da terra, também se expressa nas configurações da apropriação do espaço no campo, onde as paisagens explicitam essa heterogeneidade: acampamentos[3], assentamentos, Projetos Cédula e Crédito Fundiário, territórios quilombolas, reservas indígenas, entre outras formas de apropriação da terra.

As lutas do campesinato brasileiro têm reafirmado, historicamente, a necessidade de ações para a resolução das questões fundiárias. Assim, a reforma agrária tem se mostrado como alternativa ao modelo excludente de acesso a terra neste país. A reforma agrária tem se traduzido em políticas esparsas ao longo da historia, tendo os assentamentos rurais como a configuração mais expressiva na tentativa do Estado resolver, ou amenizar, as questões fundiárias.

A ação do Estado para a resolução ou amenização dos conflitos agrários, em formato dos projetos de assentamentos rurais, tem se tornado *lócus* privilegiado de análise entre os cientistas sociais, a partir da década de 90 do século XX, dado a complexidade e diversidade no processo de formação, desenvolvimento e consolidação dessa política. No Estado da Bahia existem 577 (quinhentos e setenta e sete) assentamentos de reforma agrária. Essa expressiva quantidade de projetos de assentamentos de reforma agrária tem implícita uma gama de enredamentos a serem objetos de análises, e, no nosso

[3] Embora um acampamento seja uma estratégia de luta pela terra e possa não vir a se tornar um assentamento considera-se como uma forma de acesso à terra dado o tempo em que as famílias permanecem acampadas.

caso, como objeto de análise geográfica dada a sua forma peculiar de apropriação, produção e organização do espaço geográfico.

2.1 Espaço Geográfico e Capitalismo

A Geografia, a partir da discussão e da polissemia de seu objeto qual seja o espaço, se apresentou como uma disciplina de variada. Esta afirmação, baseia-se na controversa do seu objeto: é o espaço físico ou o espaço humano o objeto da Geografia? Este debate, aparentemente superado, é ainda – desde a sua formação como disciplina – fruto de discussões, de ambas as partes, dos chamados geógrafos "físicos" aos "humanos". Fruto de uma Geografia baseada no Positivismo, o espaço geográfico foi, muitas vezes, tomado em si mesmo, como absoluto, linear, empírico e nele encerrado. O espaço entendido desta maneira era confundido com o espaço físico, com a Natureza, esta apreendida como algo exterior aos processos sociais sem considerar a totalidade do espaço.

E de onde retirar a totalidade do espaço? Entendemos que a relação Homem–Natureza, resultado da relação Homem-Homem, através das relações sociais que criam e recriam sociedades, é o ponto chave para o entendimento e (re) união de uma perspectiva de totalidade. Foi, a nosso ver, o entendimento da relação entre Homem e Natureza a partir de uma análise dialética que possibilitou o avanço de uma Geografia mais compreensiva dos fenômenos da totalidade social. E neste sentido, a totalidade surge como categoria que pode possibilitar a reafirmação de um espaço total. Conforme nos diz Lowy

> A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder de vista a sua relação com o conjunto (LOWY, 1988, p.16).

Neste processo, o mundo e, conseqüentemente, a Geografia e o seu objeto foram sofrendo modificações importantes, e o espaço foi deixando de ser tomado primordialmente pelos seus aspectos quantitativos e quantificáveis para se considerar os processos sociais subjacentes aos processos espaciais. O espaço, como objeto da Geografia, passou a ser interpretado, entendido e analisado enquanto resultado das relações

sociais. Conforme afirma Moreira: “O espaço geográfico é um espaço produzido”(MOREIRA, 2008,p.64).

Entendido com produção humana, no espaço se expressa às relações sociais de produção, o que nos leva a entender o trabalho enquanto categoria ontológica. Considerar o trabalho enquanto ontologia é considerá-lo como fundamental ao desenvolvimento humano. Não foi por acaso que Engels em outro momento escreveu que o trabalho criou o homem enquanto ser social e histórico. Esse homem histórico se (re) cria constantemente através de suas relações, complexificando-as. O homem enquanto ser ontológico é social, por excelência. Conforme nos afirma Smith

> Isto [as relações de trabalho], por sua vez, altera a relação social com a natureza. O indivíduo natural abstrato („homem") não mais se ajusta simplesmente em meio a um ambiente igualmente natural, pois a relação com a natureza é mediatizada através das instituições sociais (SMITH, 1988, p. 76).

Neste sentido, vamos buscar no conceito de escala, que Castro (1995) define como um recurso metodológico de aproximação com o real tem que se referir ao Modo de Produção Capitalista, enquanto modo de produção dominante no mundo. Este modo de produção se baseia na separação do trabalhador dos meios de produção. Para que seja possível sua reprodução é necessário que a sociedade esteja fundamental e primordialmente dividida em classes sociais, em que a apropriação dos meios de produção por uma delas seja possível e que as outras classes estejam destituídas, restando-lhes, somente, a força-de-trabalho, para ser vendida como mercadoria.

Como já afirmamos, o capitalismo é o modo de produção dominante na humanidade. Entendemos que o conceito de modo de produção compreende situações que ultrapassam os limites geográficos de cada país. Logo, não pode haver tantos modos de produção quantos forem os países. O modo de produção compreende como os homens reproduzem a sua história. Mais correto seria entender a realidade de cada país com a categoria “formação socioeconômica”, que compreende suas especificidades, sem abrir mão do conceito de modo de produção no entendimento da totalidade. Por conseguinte, somos levados a nos basear em Corrêa para avançar na relação entre modo de produção e desenvolvimento geográfico, onde o autor afirma

que “Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem a linguagem dos modos de produção” (CORRÊA, 1995, p.26).

Partindo da compreensão de Smith (1988) e Harvey (2004 e 2006) afirmamos que o modo de produção capitalista produz um desenvolvimento geograficamente desigual, onde se explicitam as suas contradições. O capital opera de forma seletiva e funcional do espaço, ao mesmo tempo em que promove um processo de fragmentação e homogeneização dos espaços. O capitalismo se expande em todo o globo, rompendo antigas barreiras espaciais e submetendo os espaços à lógica da acumulação capitalista. Outro elemento necessário à expansão do desta relação social é a expansão da divisão territorial do trabalho, que amplia a escala de reprodução do modo de produção ao mesmo tempo que radicaliza as desigualdades espaciais. Portanto, esta situação ratifica a nossa tese de que uma análise multiescalar é condição *sine qua non* na análise dos fenômenos geográficos atuais.

Entretanto, se o capital se espacializa em todo o globo, isso não significa que o faz sem que, a partir das suas contradições, se expressem antagonismos, conflitos e contestações. A expansão do capital também se configura com manifestação das lutas sociais, muitas delas anti-capitatistas. Embora as forças do capital pareçam tornar-se hegemônicas na sociedade, elas não são as única possíveis. Conforme afirma Harvey

> Se a missão geográfica da burguesia é a reprodução das relações produtivas e de classe numa escala geográfica progressiva em expansão, o campo de ação, tanto para as contradições internas do capitalismo, como para a revolução socialista se amplia geograficamente (HARVEY, 2004, p.43).

A expansão do capital aprofunda a transformação da Natureza em valor de troca. Os valores de uso, essência da vida humana, é substituída pela produção em larga escala, priorizando a troca. A “liberdade” do trabalhador é a liberdade de produzir mercadorias para o mercado. Marx já havia afirmado as contradições nas relações de produção e do desenvolvimento das forças produtivas. Segundo o autor, o capital não pode se reproduzir sem revolucionar- se constantemente, daí que a ampliação da escala de reprodução tem que estar em expansão.

Neste sentido, voltamos a reafirmar a dialética das escalas geográfica, como recurso teórico e metodológico de se apreender as diversas formas,

desiguais e combinadas, com que o modo de produção capitalista se manifesta em diferentes espaços. O movimento de análise dos fenômenos sociais tem que compreender o capital agindo em diferentes escalas, procurando entendê- las em suas formas (local, regional, global, nacional, internacional) e identificar onde e como o fenômeno se apresenta em cada uma delas e suas relações. Conforme nos diz Harvey, buscando a dialética das escalas, "[...] a escolha da escala espacial não é uma questão „ou isto ou aquilo", mas de „tanto isto como aquilo", ainda que esta última opção esteja eivada de uma série de contradições" (HARVEY, 2004, p.72).

Pelo exposto, fica uma questão: afinal de contas, o que é o espaço geográfico? Santos (2008b) já afirmava a polissemia que o espaço assume no conhecimento humano. Para deixar mais preciso, estamos falando de espaço humano. Ou seja, estamos nos referindo a espaço como produto das relações sociais, historicamente determinadas pelo modo de produção. Vale ressaltar que tomar o espaço enquanto categoria ontológica permite afirmar que o espaço geográfico preexiste ao capitalismo e continuará depois dele, assim como permaneceu após a desintegração dos modos de produção anteriores.

Se compreendermos o ato de produzir não restrito à produção material, podemos dizer, com certeza, que a noção de produção do espaço é bem mais ampla, do que a simples reprodução material. A noção de produção do espaço há que ser pensada a partir do trabalho humano, isto é, modificação da Natureza e do próprio homem a partir das relações sociais. Conforme nos diz Marx

> Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...]. Atuado assim sobre a natureza externa, modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza (MARX, 2003, p. 221).

Ampliando a noção de produção do espaço, concordamos quando Carlos afirma que : "A noção de produção do espaço traz implícita, portanto, a idéia de atividade como ação transformadora da sociedade, modificando a natureza e impondo uma dinâmica que é, em sua essência, social e histórica [...]" (Carlos, 2009, p.79). Continuando a autora considera que "A noção de

produção do espaço tem a potência de iluminar os conteúdos sociais dos processos [espaciais]. Impõe-se a necessidade de desvendar as relações sociais a partir das práticas espaciais em conflito" (CARLOS, 2009, p.86).

A produção do espaço geograficamente desigual pode ser tomada como a tônica do modo de produção capitalismo. Essa produção do espaço, como fora comentada anteriormente, revela os interesses dos sujeitos hegemônicos do capital. Desigualdades mundiais, regionais, desigualdades internas nos países, nos estados, nos municípios, no mesmo bairro ou vila, convivem contraditoriamente, manifestando, nas bases materiais concretas as faces do capitalismo. Todas essas formas de desigualdade expõem a teoria do desenvolvimento geográfico desigual (SMITH 1988; HARVEY, 2004 e 2006).

Portanto, embora o capitalismo tenha uma existência de mais ou menos cinco séculos, torna-se necessário ao saber e ao fazer geográfico compreender as diversas formas espaciais subjugadas, ou em tentativa de subjugação que se manifestam no presente momento.

2.2 Produção do Espaço Agrário Brasileiro: Desigualdades e Esperanças

A formação histórica da sociedade brasileira é marcada por intensos conflitos, que repercutem em todas as dimensões da vida social, e, portanto, na produção do espaço geográfico. As contradições se materializam, historicamente, tanto na cidade quanto no campo, pois os dois espaços – embora diferenciados – estão inseridos e submetidos à lógica do modo de produção capitalista, que se fundamenta na apropriação privada dos meios de produção. No caso específico do campo, as contradições e conflitos têm se expressado, principalmente, entre dois lados antagônicos: o latifúndio – ainda que em sua forma mais recente seja o agronegócio – e os camponeses, este composto por uma diversidade de sujeitos históricos (pequenos proprietários rurais, posseiros, meeiros, ribeirinhos, extrativistas, entre outros segmentos).

O Brasil apresenta amplos conflitos agrários. As contradições inerentes ao modo capitalista de produção materializam-se na realidade brasileira, em suas mais variadas formas e intensidades. Especificamente no campo essas contradições se destacam de um lado pela expansão do mercado

agroexportador brasileiro, tendo o país configurado entre os primeiros nos *rankings* de produção de determinados produtos (como a soja, o algodão, o milho, a cana-de-açúcar, entre outros) e de outro lado pela exclusão de uma massa de camponeses da posse e do uso da terra, conforme comprova o expressivo número de acampamentos e outras forma de luta pelo acesso à terra. Conforme nos afirma Silva

> Todos eles [espaços diferenciados no mundo], no entanto, têm um traço comum, estão submetidos ao mesmo modo de produção; em qualquer um deles há exploração econômica, em todos eles existe um componente terra, a base física, que em qualquer parte capitalista tem um preço, um valor de troca, e se constitui monopólio privado de uma classe – os proprietários de terra" (SILVA, 2001, p. 21).

Essas contradições estruturais do modo de produção capitalista, donde a sua expressão no campo foram os conflitos agrários, tornaram-se objetos de formulações teóricas na academia, passando a se afirmar a existência de uma "Questão Agrária". A análise dessa questão torna-se mais complexa quando se relaciona com a existência de uma "Questão Agrícola", muitas vezes restringida à forma de produção. Se, nos últimos anos o País conseguiu aumentar significativamente sua produção agrícola – a forma com que o fez, através da expansão das áreas e do uso de tecnologias só contribuiu para que a "questão agrária" se agravasse.

Desta forma, a questão agrária pode ser entendida como o processo de apropriação da terra pelas classes sociais. A terra é um meio de produção que não pode ser multiplicado, isto é, não pode ser reproduzido, daí que a sua apropriação e seu uso tornam-se central no entendimento da questão agrária. Os interesses particulares, em oposição, em torno da questão da terra e as configurações desses conflitos parecem indicar a impossibilidade de serem sanados na sociedade brasileira. Importante o que nos revela Moreira (2008)

> Sendo a estrutura da formação espacial a própria estrutura da formação econômico-social, mais importante é o que revela o visual da paisagem: a desigualdade espacial é a própria desigualdade da sociedade que nela se apresenta (MOREIRA, 2008, p.73)

Para entender a questão agrária no Brasil, na qual a questão fundiária, expressa em paisagens composta de latifúndios e acampamento indicam a existência de acesso desigual ao território nacional, é necessário remontar ao

tempo da Colônia e à sua configuração capitalista atual tem por marco legal a Lei de Terras (Lei 601) editada em 1850. Embora esta Lei regulasse sobre as terras devolutas e públicas do Estado, bem como o acesso a elas, ponto importante é que ela transformou a terra em mercadoria bem como criminalizou outras formas de acesso que não a compra, marginalizando a maior parte dos camponeses.

Se no período que vai desde a Lei de Terras até o inicio do século XX os conflitos agrários prosseguiam, será a partir da segunda metade, por volta de 1950, que eles se tornarão mais expressivos, com destaque as Ligas Camponesas, conforme afirmam Andrade (1987), Germani (2006), Medeiros (2003) e Oliveira (1985).

Neste sentido, parece-nos impossível a compreensão das lutas camponesas no Brasil, em suas variadas formas de expressão e manifestação, sem compreender o carater desigual da produção do espaço agrário brasileiro. Conforme nos diz Medeiros

> É nos anos [19]50 que se verifica a plena efervescência do que se convencionou chamar de „questão agrária brasileira", manifesta na exacerbação dos conflitos de classe no campo. Para entendê-la adequadamente, deve-se precisar as próprias transformações por que passa o capitalismo e o **caráter desigual do desenvolvimento** (MEDEIROS, 1994, p. 13, grifo nosso)

Ressalta-se que ao falar de transformações no capitalismo e no campo, a autora faz referencia ao processo de modernização da agricultura brasileira realizado a partir dos anos d 1950 e 1960, com a expansão dos Complexos Agroindustriais e o processo que se conceituou de "Modernização Conservadora".

Com a expansão do capitalismo e o aumento e explicitação dos conflitos fundiários, a luta pela terra se traduziu, principalmente, na luta pela reforma agrária, resumida na pressão para modificar a estrutura agrária, buscando com isso uma diminuição das desigualdades de posse e uso da terra que persiste no país. A resposta do Estado a essas mobilizações tem sido utilizar a política de formação de assentamentos: durante o regime militar, em especial na década de 1970, com os projetos de colonização e na Nova República a implementação de Projetos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Neste sentido, podemos afirma que o acesso desigual a

terra no País colocou a reforma agrária enquanto uma contradição em si: aparece como necessidade histórica dos sujeitos sociais no campo; como condição para o desenvolvimento do capitalismo no campo, embora no Brasil este desenvolvimento tenha sido realizado sem a efetivação da reforma agrária; e como estratégia de desenvolvimento nacional. Isto é a reforma agrária aparece, de acordo com quem e como propõe como contradição em si mesma (ALENTEJANO, 1996) .

2.3 **Política de Assentamentos de Reforma Agrária:**

conversas e controversas

O processo de modernização da agricultura, impulsionada e promovida pelo regime militar, aprofundou as desigualdades no campo brasileiro, radicalizando a produção desigual do espaço. Nesse processo, a sociedade brasileira passa por modificações importantes, destacando o fim do regime militar, em 1985, e o surgimento da chamada “Nova República”. Esse novo período apontava uma possibilidade de participação da política da sociedade. A reforma agrária volta à cena política com (re) surgimento de movimentos sociais e organizações populares que reforçariam as já existentes na defesa da democratização do acesso à terra.

Se por um lado houve insurgência dos movimentos em torno da questão da democratização do acesso a terra, por outro as classes hegemônicas também se organizam na tentativa de travar qualquer possibilidade de avanço na reforma agrária. A criação durante o Governo de José Sarney do Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário e a promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, são elementos mais que suficientes para que as classes dominantes radicalizassem a organização, criando a União Democrática Ruralista, (UDR). Essa organização mostraria o seu poderia ao longo da “Nova República”: tanto na Constituinte, e mais a frente no Congresso Nacional, os ruralistas se organizam para barrar qualquer avanço pela democratização da posse da terra.

Durante o Governo Sarney (1985-1989) foi proposto o I Plano Nacional de Reforma Agrária, com o apoio da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura, (CONTAG). O Plano foi lançado com muitas propostas e com um forte discurso ideológico, entre eles, acusando os latifundiários por vários problemas que atingiam a população do País. Um dos pontos fortes do Plano era criar áreas prioritárias (tipo zonas) de assentamentos rurais. Como tantas outras, essa proposta não se efetivou e o que se viu foi a criação de assentamentos pontuais, em áreas onde os conflitos era mais fortes e explícitos. Cabe ressaltar que a proposta do Plano causou conflitos entre os próprios movimentos sociais do campo, fato que sempre foi recorrente na histórica relação entre Estado e movimentos sociais: fragmentar para desintegrar a luta.

O objetivo central do Plano era assentar em 5 anos mais de um milhão de famílias. Vê-se que a proposta era ousada e se não mexia de forma substancial com a estrutura agrária brasileira, aceitava a existência de demandantes de terras no País. Como forma de contra-ofensiva, os latifundiários organizados, pela Confederação Nacional da Agricultura, pela Sociedade Brasileira e, principalmente pela UDR, entidade que se consolidava como a principal porta-voz dos latifundiários, contra-atacaram.

O I PNRA, foi aprovado com muitas alterações, mas manteve-se a meta de assentar 1.400.000 famílias, embora o aparelho estatal buscou formas de não concretizar esse número, ao ponto de ao fim do governo Sarney, ter assentado apenas 69.778 famílias, menos de 5% da proposta. Entre outras coisas, o I PNRA permitiu evidenciar que as estruturas burocráticas brasileiras permaneciam inertes à situação da estrutura fundiária do País, bem como transparecendo ser impossível a existência de um diálogo – para além das formas de cooptação – com os movimentos sociais.

Na Bahia, como rezava a legislação, deveria ser realizado o Plano Regional de Reforma Agrária da Bahia. O Plano começou a ser pensado a partir da eleição de Waldir Pires, do MDB, para o governo do Estado (GERMANI, 1993; SANTOS, 2005). No entanto poucos foram as ações para efetivar o Plano, sobretudo quando encaramos o fato de existir no estado uma oligarquia agrária muito forte, econômica e politicamente. Por outro lado, o

esforço aparente do novo governo expunha os entraves burocráticos de um Estado a serviço de uma classe, a burguesa.

Os assentamentos rurais têm sido avaliados por muitos pesquisadores como Zimmermann (1989) e Medeiros & Esterci (1994), como uma das formas, e por vezes a mais expressiva, da materialização da luta do campesinato. Os modelos de assentamentos surgiram como "solução" para a questão agrária, e dos conflitos dela decorrentes. Segundo Bergamasco e Norder

> De forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. (BERGAMASCO;NORDER, 1998, p.7)

Nesse contexto, os assentamentos de reforma agrária, se apresentam como uma forma peculiar de apropriação e organização do espaço, seja pela sua expressão enquanto política pública – como a mais visível das políticas agrária – seja pela possibilidade de se apresentarem como novos espaços, construídos a partir da luta e da mobilização dos camponeses.

Na Bahia existem 577 Projetos de Reforma Agrária, com mais de 40 mil famílias assentadas (GEOGRAFAR, 2010). Esses números indicam a distribuição dos assentamentos remetendo-nos tanto para a ação estatal quanto para a mobilização camponesa, no entanto para além deles é de se observar uma significativa diversidade naquilo que se entende por assentamento.

Sejam originários de projetos de colonização, sejam reassentamentos de atingidos por obras de grande porte, como as barragens, desapropriação por interesse social, enfim uma série de situações originárias, que nos faz refletir sobre como essa diversidade se traduz em experiências diferentes de produção do espaço.

O expressivo número de assentamentos constituído e de camponeses acampados demonstra que a luta pela reforma agrária ainda é presente, por mais que alguns autores ainda acreditem no fim do mundo rural e na hegemonia do processo de urbanização do país. No caso do Estado da Bahia, há um expressivo número de assentamentos: 577 assentamentos de reforma agrária com mais de 40.000 famílias assentadas nestes projetos. A maioria

dos Projetos de Assentamentos concentra-se nos Territórios do Litoral Sul (65 Projetos), do Velho Chico (57 Projetos) e na Chapada Diamantina (46 Projetos), onde se localiza o Assentamento Caxá. Ainda que pareça expressiva, a política de assentamentos rurais não tem dado conta da demanda, tendo o Estado da Bahia ainda registrado um total de 348 acampamentos, com mais de 36.000 famílias acampadas[4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se, por conseguinte, que o espaço geográfico e seu processo de (re) produção é o caminho a ser percorrido para analisar a reforma agrária e a luta na e pela terra no Estado da Bahia. A primeira consideração do ponto de vista teórico e metodológico é atentar para a compreensão do local, de cada assentamento, enquanto manifestação da produção desigual do espaço geográfico. Parece-nos que o recurso das escalas geográficas oferece um caminho, tortuoso talvez, mais com um potencial para desvendar e apontar como, quando e de que forma essa relação se manifesta no plano real.

A segunda é tomar o assentamento enquanto uma forma espacial, forma-conteúdo, no presente, manifestada no presente e presidida por e a partir do presente. Isso não quer dizer que não negligenciaremos o tempo, pois partimos do pressuposto de que tempo e espaço são categorias indissociáveis da análise geográfica. No entanto, a "vigilância" epistemológica requer a atenção com e por que esta forma se apresenta no presente e quais as implicações de sua existência para a configuração capitalista atual. Isto é compreender o dado ao mesmo tempo em que se compreende o processo.

Por fim, acreditamos que o debate continua aberto. Uma dialética entre empiria e teoria torna-se, então, possibilidade concreta para os avanços teóricos e metodológicos da pesquisa científica. Os conceitos e as categorias ora tomadas como ponto de partida serão submetidas ao real, serão a realidade que as confirmarão e/refutarão, apontará seus limites e possibilidades, enfim, o seu devir.

[4] O INCRA aponta a existência de mais de 8.000 (oito mil) assentamentos de reforma agrária no país e um total de 900.000 (novecentas mil) famílias acampadas.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, AGB, 18, julho. 1996. p. 89-107.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária** São Paulo: Ática, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste** São Paulo: Ática, 1985.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo, Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).

CARLOS, Ana Fani Alexandri. Da "geografia abstrata" à "geografia concreta". In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR; SILVA, M. (Orgs). **Espaço e Tempo** – Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p.73-90.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala In.: CORRÊA, Roberto Lobato Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná .Elias de;GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro:Bertrand,1995.p 117-140.

CORRÊA, Roberto Lobato Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná .Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro:Bertrand,1995. p. 15-47.

GERMANI, Guiomar. Inez. **Cuestión Agraria y Asetamiento de Población en el Àrea Rural:** La Nueva Cara de La Lucha por la Tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990)**.** Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

LOWY, Michel. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Revista Outubro.** n.1, 1998. p.73-80.

LOWY, Michel. **Ideologia e Ciência Social** – elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. .**O capital:** crítica da economia política . São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2v . (Os economistas.)

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. et all. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In.: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; LEITE, Sérgio Pereira. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 117-160.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Luta pela terra e política fundiária: os caminhos das últimas décadas. In: ROMANO, Jorge O.; ANDRADE, Maristela de Paula; ANTUNES, Marta. (Orgs.). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania**: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Coleção Olhar Crítico, 2). p. 33-64.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Reforma Agrária no Brasil** – História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. et al (orgs.) **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma Agrária. Concepções, controvérsias e questões.** IBASE / RIAD, Forum Alternativas para a Agricultura Brasileira, 1994.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo, Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo.** São Paulo: Contexto, 1988.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, Claude ; RUFFY, V. Escala e ação, contribuição para umainterpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 45 (1): pp. 123-135, jan./mar. 1983.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Lenyra Rique da. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.